

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO ALGARVE

ATA Nº. 1/2020

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25/06/2020

---Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e vinte, pelas quinze horas e quinze minutos, no auditório Municipal de Olhão, em Olhão reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, para debater os seguintes pontos da ordem de trabalhos:-----

1. Aprovação da ata;-----
2. Período de antes da ordem do dia;-----
3. Moções;-----
4. Informação do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da actividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve;-----
5. Prestação de Contas do ano de 2019;-----
6. 1.ª Revisão ao Orçamento do ano de 2020;-----
7. 1.ª Alteração ao Mapa de pessoal da AMAL para o ano de 2020;-----
8. Parecer genérico – Despesas plurianuais;-----

---Estiveram presentes os seguintes membros:-----

Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Fernando Cabrita em substituição de Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Leonardo Manuel Teixeira do Paço (PS), José António Teixeira Pinheiro Moreira (PS), José Luís Afonso Domingos (PS), Victor Hugo Gregório Palma (CDS), Ilda Maria Lita Pereira Silva (PS), Carlos Alberto (PS), Pedro Gonçalo Custódio Valente (CDS), Augusto Arnaldo Nunes Otero Taveira (BE), Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD), Vitor Sobral em substituição de José Manuel Correia Águas da Cruz (PS), Luís Pedro Vieira Ribeiro (PS), Joaquim José Martins Cabrita (PSD), Sofia Alexandra Espada Gregório (PS), José Manuel Freire de Oliveira (CDU),

Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (PS), Margarida Maurício Correia (PAN), Adriano Lopes Gomes Pimpão (PS), Abel Matinhos em substituição de Joaquim dos Santos Vairinhos (PS), João Luís Calçada Correia (PS), José Armando Vicente Ramos Lopes (PSD), João Luís Relvas Henrique Charrão (PS) Carlos Manuel Parente da Silva (PSD), João Gabriel Calabreta Martins (PS), Catarina Andreia da Conceição Nunes do Poço (PS), Carlos Eduardo Gouveia Martins (PSD), Joana Quinta Nova em substituição de Pedro Miguel Sousa da Mota (BE), João Manuel Rodrigues Guerreiro Grenhas (PS), Lina Maria Gonçalves Gago Sequeira (PSD), Vítor Manuel Sequeira Rodrigues (CDU), Marco António Baeta Jóia (CDU), Ana Sofia Belchior da Silva (PS), José Otilio Pires Baia (PS), Maria José Dias da Palma Simão Mestre (PS), José Epifânio Martins Graça (PS), Ana Bela da Conceição Martins (PS), João Manuel Lopes Rodrigues (PSD), António Manuel Cipriano Cabrita (PSD), Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro (PS) e Helder Manuel Martins em substituição de José Estevão da Cruz (CDU)-----

---Esteve ainda presente o Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL, António Miguel Pina e o Primeiro Secretário, Joaquim José Brandão Pires.-----

---Membros que não estiveram presentes mas apresentaram justificação: Abílio Frade da Encarnação (PSD) Carlos Bruno Correia de Almeida (PS), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista (PS), Muriel Cristina Dias (PSD) e José Manuel Figueredo Santos (PS).-----

---Membros que não estiveram presentes e não apresentaram justificação: Manuel Alberto Santinhos Cristo (PS), José António Duarte (CDU), João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD), Paulo José Dias Morgado (PS), Mário Baião Botelho da Silva (PSD), João Manuel Guerreiro da Conceição (PSD), Joaquim Manuel das Neves Catarino (PS), Gildásio Martins dos Santos (PSD) e Anabela Dias Pereira (PS).-----

---A mesa estava constituída pelo seu Presidente, senhor Adriano Lopes Gomes Pimpão, Vice-presidente, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas e secretária, Ilda Maria Lita Pereira Silva.-----

---Verificada a existência de quórum, o Presidente da mesa declarou aberta a sessão. -----

---Iniciando os trabalhos, tomou posse a senhora Margarida Maurício Correia, da Bancada do Partido das Pessoas, dos Animais e da Natureza (PAN).-----

---Tomando a palavra o Presidente da Assembleia agradeceu a cedência do auditório, ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Olhão, comentando que só um espaço desta dimensão, é que tornou possível a realização desta Assembleia, de acordo com todas as regras e orientações impostas pela Direção Geral de Saúde, no combate à pandemia do

SARS COVID 19. Informou que os trabalhos desta sessão iriam decorrer a título excepcional, com algumas alterações, nomeadamente no distanciamento dos lugares a ocupar como verificaram, no uso obrigatório de máscara e não haveria manuseamento e circulação de quaisquer documentos, nomeadamente a lista de presenças e respectiva senha. Esclareceu que iria ser feita a chamada e confirmada a presença dos membros e as senhas de presença seriam enviadas posteriormente aos presentes, por correio electrónico, para seu preenchimento e respectiva devolução aos serviços. A Assembleia Intermunicipal concordou por unanimidade, com a metodologia apresentada.-----

--- **1º - Aprovação de ata:** Colocada à votação, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade dos membros presentes, naquela sessão.-----

---O senhor José Manuel Freire de Oliveira sugeriu que futuramente, se indicasse nas votações, também o partido político de onde as mesmas são provenientes.-----

O Presidente da mesa acatou a sugestão dizendo que nas próximas sessões poder-se-ia tentar implementar.-----

--- **2º - Período de antes da ordem do dia:** O senhor Vítor Hugo levantou algumas questões que considerou relevantes e preocupantes para o desenvolvimento da economia regional, nomeadamente a falta de água, que apesar de ainda não se fazer sentir, em breve poderá vir a acontecer e tornar-se será um problema grave, social e económico para o Algarve. Manifestou-se indignado com as palavras do senhor Ministro, quando na sua recente visita ao Algarve, proferiu de manhã em Castro Marim que, a solução para a falta de água passaria pela construção de uma nova barragem, é à noite já dizia o contrário em Lisboa. Criticou a autorização da construção de uma rotunda na EN 125, para acesso às instalações do novo Lidl, quando meses antes, a dois quilómetros desta, em zona de muitos acidentes, foram recusadas a construções de duas rotundas, uma de acesso à praia Verde e outra na saída de Odeleite. Relembrou à Assembleia que ficou decidido reunir exclusivamente para debater a problemática da regionalização e disse estar bastante preocupado com a utilização da região, na rota dos imigrantes.-----

---O senhor Augusto Taveira, membro da bancada do Bloco de Esquerda, fez uma pequena intervenção que entregou por escrito, documento número um, apenso à ata.-----

---Pedindo a palavra, o senhor Carlos Martins felicitou a forma concertada e unida, como os municípios do Algarve, através da AMAL e sob a direcção do seu Presidente, Dr. António Pina, souberam reagir às dificuldades e à resolução dos vários problemas que ocorreram, inesperadamente também na região, com o aparecimento do vírus SARS-Cov-2

e a propagação da doença COVID-19, assim como em conjunto com a Região de Turismo e outras entidades regionais tem reivindicado junto de entidades governamentais, apoio económico e social na defesa dos interesses da região. Recordando que no próximo dia dois de julho se comemora o Dia do Hospital, manifestou publicamente o seu apreço a todos os profissionais de saúde, sem exceção das suas categorias profissionais, que trabalham arduamente, nestes tempos tão conturbados, no combate à pandemia. Manifestou ainda alguma preocupação na concertação de estratégias regionais futuras no sentido de mitigar os efeitos nefastos desta pandemia, na economia e nas fragilidades do Serviço Nacional de Saúde, na região.-----

---O membro desta Assembleia senhor Marco Jóia, da bancada da CDU, apresentou uma declaração política sobre a situação económica e social do Algarve, perante a nova realidade pandémica, documento número dois, apensa à ata.-----

---O senhor José Graça, membro da bancada do Partido Socialista procedeu à leitura de três declarações políticas que entregou por escrito à mesa e que se encontram apenas a esta ata, documentos número três, quatro e cinco.-----

---O senhor José Manuel Freire de Oliveira alertou a Assembleia para a necessidade das várias entidades do Algarve reflectirem sobre os meios disponíveis na região, tanto no combate como na prevenção dos fogos florestais, comentando que só no último fim-de-semana, já arderam mais de dois mil hectares de terra, tendo estado no terreno bombeiros oriundos de todo o país. Debruçando-se sobre a alteração da composição e eleição da presidência para as CCDRs, disse que o seu partido discorda desta eleição e considera uma manobra do Governo para adiar a criação das regiões administrativas, passando a idéia que está a trabalhar na alteração da Constituição, nesta matéria.-----

---O senhor Presidente do Conselho Intermunicipal prestou os esclarecimentos às questões levantadas, concluindo que em breve irá reunir-se com os Ministros do Ambiente e das Infraestruturas, para tratar do assunto da falta de água e das infra-estruturas no Algarve e que em conjunto com outras entidades regionais, irá continuar a envidar todos os esforços na tentativa de angariar apoios financeiros para colmatar os efeitos negativos desta pandemia que tanto afeta o setor do turismo e a economia regional.-----

--- **3º- Moções:** O Presidente da Assembleia informou que foi recebida, uma moção apresentada pela bancada da CDU intitulada “ Pelo reforço do Serviço Nacional de Saúde”. A senhora Joana Quinta Nova, membro daquela bancada partidária, procedeu à sua leitura, documento número seis, apenso a esta ata.-----

---Debruçando-se sobre esta moção, o senhor Vítor Sobral, disse que não considera o setor privado da saúde, uma ameaça ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) mas sim uma complementaridade. Quanto ao reforço financeiro neste setor, disse que no Orçamento para 2020, antes da pandemia já tinha sido injectada uma verba significativa e no Orçamento Suplementar, foi a rubrica mais reforçada, num valor superior a quinhentos milhões de euros. Sendo esta verba destinada ao recrutamento de novos profissionais de saúde e à aquisição de equipamentos hospitalares para fazer face à segunda vaga do Covid-19. Na qualidade de médico, agradeceu as homenagens que têm sido feitas pela população aos profissionais de saúde, durante estes tempos de pandemia e concordou que seria o momento exato para fazer algumas alterações no SNS.-----

---O senhor Carlos Alberto referiu que apesar de ser uma moção politicamente tendenciosa, irá votar a favor da mesma, lembrando que o SNS português é uma referência a nível mundial, na resposta ao combate à doença Covid-19.-----

---Sobre o SNS foram ainda tecidas algumas considerações pelos membros, senhores Carlos Martins, Abel Matinhos e José Manuel Freire, que recordaram o mau funcionamento do mesmo, o elevado déficit financeiro e falta de investimentos por parte do Governo, antes da pandemia.-----

---Após alguns esclarecimentos prestados pela proponente da moção, a Assembleia Intermunicipal passou à sua votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quarenta votos a favor e duas abstenções.-----

--- Tendo sido enviada pela bancada do Bloco Esquerda uma recomendação titulada “Pela regulamentação e implementação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Local”, o senhor Augusto Taveira procedeu à sua leitura, documento número sete, apenso à ata.-----

--- Havendo apenas a registar a intervenção do senhor Abel Matinhos que enalteceu o trabalho desempenhado por estas pessoas que todos os dias exercem a sua actividade profissional no lixo, a Assembleia Intermunicipal passou à sua votação. A referida recomendação foi aprovada por unanimidade.-----

---O Presidente da AMAL lançou o desafio a todas as forças políticas, com assento na Assembleia da República para, em conjunto lutarem para o aumento de verbas dos fundos comunitários para o Algarve.-----

----- **4º- Informação do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve:** A pedido do senhor Presidente do

Conselho Intermunicipal, o Primeiro Secretário da AMAL, Joaquim José Brandão Pires, fez a apresentação das actividades da AMAL desenvolvidas nos últimos meses, e que constam no documento enviado a todos os membros desta Assembleia. Realçou que a actividade da AMAL foi condicionada pela pandemia Covid-19, que obrigou os Municípios em conjunto tomarem decisões, na implementação de medidas de contenção da propagação do vírus, no apoio social às famílias e ao tecido económico, assim como assegurar os serviços mínimos de transporte rodoviários de passageiros, garantindo desde logo, a mobilidade dos cidadãos e minimizar o impacto negativo na actividade dos seus operadores. Referiu que a AMAL está envolvida no plano regional de eficiência hídrica do Algarve, e está inserida num grupo de trabalho que está a desenvolver alguns cenários viáveis à reorganização da Algar que, apresentou um saldo negativo de dois milhões de euros, no ano passado e um milhão já no primeiro trimestre, deste ano. Explicou que sendo a Algar uma empresa constituída com cinquenta e seis por cento de capital privado e quarenta e quatro por cento com capital dos municípios do Algarve, de acordo com a legislação vigente, sobre esta matéria, coloca em risco a viabilidade de participação por parte dos municípios algarvios. A terminar prestou alguns esclarecimentos sobre o funcionamento do Gabinete Florestal e da Brigada Florestal, comentando que esta última, apesar se não se enquadrar nas atribuições da AMAL, tudo tem sido feito para a sua eficácia, mas nem sempre se tem obtido os resultados desejáveis.-----

---O senhor João Luís Calçada Correia felicitou a AMAL, pelo sentido de união que se verifica entre os autarcas do Algarve, na tomada de decisões no combate à pandemia, designadamente na atribuição de verbas para o ABC para aquisição de material médico. Comentou que o tempo urge para resolver o problema gravíssimo de gestão da Algar e que por imperativos legais, poderá trazer uma situação complicada para as autarquias do Algarve assim como para toda a região.-----

---O senhor José Manuel Freire de Oliveira disse que o seu partido sempre defendeu os interesses do Algarve, nomeadamente no reforço de verbas, e apelou ao Presidente da AMAL para que solicite aos representantes do seu partido na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e ao Governo, que façam o mesmo. Questionou a razão pela qual, foi o Primeiro Secretário a fazer a apresentação da actividade da AMAL, e solicitou esclarecimentos sobre o ponto da situação em que se encontrava o processo de reorganização da Algar e do Plano de Reforço Económico para o Algarve. A terminar interrogou-se sobre o fato da AMAL estar envolvida em tantos planos de carácter regional e

nunca os ter trazido para discussão nesta assembleia.-----

---O Presidente do Conselho Intermunicipal prestou os esclarecimentos julgados necessários às questões apresentadas.-----

--- **5º - Prestação de Contas do ano de 2019:** O Presidente da mesa explicou que devido à pandemia Covid-19, houve a prorrogação do prazo para a aprovação das Contas até ao mês de junho, razão porque é possível procedermos, hoje à análise e votação deste documento. Apresentou o documento “Documentos de Prestação de Contas 2019”, onde constam o balanço, a demonstração de resultados e outros, que refletem o resultado anual da atividade e da situação patrimonial da AMAL.-----

--- O senhor Joaquim José Martins Cabrita informou que, por ter compromissos assumidos inadiáveis, iria - se retirar da sala.-----

---O senhor João Luís Calçada Correia pretendeu saber quais os Municípios que tinham dívidas à AMAL e qual tinha sido a sua taxa de execução. O Primeiro Secretário explicou que a gestão da AMAL é diferente da realizada nas Câmaras Municipais e informou que no valor global de um milhão, quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros e catorze cêntimos (1.043.455,14 €), a sua maioria são verbas consignadas referentes ao Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART).-----

--- Disse ainda que o ano de dois mil e dezanove registou um resultado no valor de setenta e seis mil, trezentos e nove euros e setenta e quatro cêntimos (76.309,74 €). Sobre as dívidas, informou que à exceção do Município de Vila Real de Santo António, todos os outros tem os seus pagamentos em dia.-----

---Terminada a sua discussão, a Assembleia Intermunicipal passou à sua votação, tendo o referido documento sido aprovado por maioria, com vinte e nove votos a favor e onze abstenções.-----

--- **6º - 1.ª Revisão ao Orçamento do ano de 2020:** Pelo Presidente da Assembleia Intermunicipal foi presente a proposta número trinta e um, do Conselho Intermunicipal, relativa à primeira revisão ao orçamento e primeira revisão às GOP do ano de dois mil e vinte. A referida revisão ao orçamento destina-se sobretudo a:-----

-Inserir nas GOP os projetos AwK- Adaptation with Knowledge, Climate Change, Sistemas Alimentares Sustentáveis e Rede de Cursos Profissionais (SANQ);-----

-Ajustar projetos constantes nas GOP, em termos das ações definidas, de valores e da sua distribuição plurianual, designadamente nos projetos Algarve Mais Digital, Autoridade Intermunicipal de Transportes, Atlantic on Bike, Central de Compras, CILIFO, PART 2020 e

na Contratação Plurianual;-----

-Inscrever dotação numa rubrica de despesa na orgânica Conselho Intermunicipal e serviços técnicos;-----

-Inscrever dotação numa rubrica de despesa na orgânica Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, atualizando ainda a previsão de despesas, de forma a garantir o seu funcionamento;-----

-Ajustar a dotação das rubricas de despesa com o pessoal ao Mapa de Pessoal de 2020;---

-Ajustar as previsões de despesa face às necessidades atualmente aferidas;-----

Ajustar as previsões de receita;-----

Inserir parte do saldo da gerência anterior.-----

---Não tendo havido quaisquer intervenções sobre este assunto, a Assembleia Intermunicipal passou á votação da proposta acima referida, tendo sido aprovada por maioria com vinte e oito votos a favor e doze abstenções.-----

--- **7º - 1.ª Alteração ao Mapa de pessoal da AMAL para o ano de 2020:** Pelo Presidente da Assembleia foi presente a proposta número vinte e três, datada de vinte e nove de maio, do Conselho Intermunicipal relativa à primeira alteração do mapa de pessoal de dois mil e vinte. Comentou que a referida alteração prende-se essencialmente com a criação de postos de trabalho no âmbito da carreira de Sapador Florestal, para Brigada de Sapadores Florestais. Foram ainda previstos mais três postos de trabalho, para a carreira de técnico superior, tendo em vista colmatar algumas necessidades nas diversas Unidades.-----

Feita a sua análise e discussão, a Assembleia Intermunicipal passou à sua votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

--- **8º Parecer genérico – Despesas Plurianuais:** Foi presente a proposta número vinte e dois, datada de vinte e nove de maio, relativa à proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de dois mil e vinte, nos termos do artigo doze, número um, do Decreto-Lei cento e vinte e sete, de vinte e um de junho, para efeitos do artigo sexto, número um, da alínea c), da Lei oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. Após a devida análise e discussão do assunto, a Assembleia Intermunicipal passou à sua votação, tendo sido aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor e seis abstenções.-----

---Pedindo a palavra, o Presidente do Conselho Intermunicipal deu duas notas finais, na primeira, disse que a AMAL tem a intenção de em breve realizar um estudo no âmbito da

Gestão do Ordenamento do Território, articulado com a revisão dos PDM,s, POCs e outros planos municipais, que espelhe a vontade dos municípios algarvios para se negociar com o Governo, contrariando o formato até agora usado, em que o governo, após discussão individual com cada município, elabora a sua proposta e a apresenta aos Municípios para a analisar.-----

---A segunda, dizia respeito, ao novo pacote de transferência de competências que o governo pretende efectuar para os municípios. Disse que, torna-se importante, analisar com rigor o nível de responsabilidade a transferir assim como, avaliar a componente financeira respectiva, de modo a que não venha afetar os orçamentos municipais. Informou ainda que a AMAL pretende privilegiar os conhecimentos académicos que a Universidade do Algarve possuiu nas diversas áreas, na elaboração destes e outros planos de carácter regional. -----

---Antes de terminar a sessão, o senhor Presidente da Assembleia informou que a legislação das Assembleias Intermunicipais é um pouco estranha e não permite que se possa intervir na discussão dos planos e outros instrumentos de gestão dos órgãos executivos, como já foi aqui manifestada vontade por parte de alguns membros. Informou que esta questão só se resolverá com a regionalização, mas até lá, julga que será possível, dentro da estreita colaboração entre os dois órgãos, o executivo e deliberativo. Disse que como é do conhecimento de todos já existe a Associação Nacional das Assembleias Municipais, cujo objetivo neste momento, é aumentar a capacidade de poder, tanto a nível de fiscalização como a nível de intervenção na gestão autárquica e deu conhecimento que apesar de tudo, os dezasseis presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, que se reúnem regularmente, foram os únicos que já tomaram posições e tornaram-nas publicas, nomeadamente sobre a regionalização, a criação do hospital central e a falta de água no Algarve.-----

---Posto isto, foi colocada para aprovação a minuta das deliberações tomadas, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.-----

---Não havendo mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão quando eram dezoito horas e cinquenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, Almerinda Maltinha designada para o efeito, a redigi. -----

O Presidente da Assembleia Intermunicipal

A Secretária

Assembleia Intermunicipal do Algarve

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, na sua pessoa cumprimento os membros da Mesa, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, todas/os as/os autarcas presentes e as/os técnicas/os e funcionárias/os do Auditório.

Na minha intervenção pretendo apresentar alguns votos de saudação que refletem algumas das nossas preocupações.

– Nesse sentido, não querendo tomar-vos muito tempo, não posso deixar de aqui expressar, pela enorme importância que tem para o Algarve – se for efetivamente aplicado, sublinho – o PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 461/XIV/1ª, da responsabilidade do Bloco de Esquerda, recentemente aprovado na Assembleia da República.

– Quero também aqui expressar um voto de saudação que se prende com a luta antirracista, a qual teve mais visibilidade após o assassinato de George Floyd, em Minneapolis, EUA, no passado 25 de maio, tendo desencadeado uma onda de solidariedade antirracista por todo o mundo, como foi o caso de Portugal, onde milhares de pessoas saíram às ruas, de forma espontânea, pela igualdade de direitos e contra o racismo e a xenofobia.

No atual contexto mundial, em que se afirmam ideais contrários aos da sociedade democrática e igualitária, e no contexto nacional, onde se verifica um aumento a cada ano de queixas apresentadas à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, é especialmente relevante reconhecer a esperança que manifestações antirracistas de dimensão sem precedentes trazem consigo.

– No próximo domingo comemora-se o Dia do Orgulho LGBTI. Em 28 de junho de 1969 aconteceu a revolta de Stonewall, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. Essa data celebra-se por todo o mundo e também em Portugal. Este ano, devido à situação de emergência provocada pela pandemia COVID-19, foi cancelada a maioria das marchas pelo país.

O Bloco de Esquerda associa-se a essa efeméride, não esquecendo o respeito pelas diferenças, saudando todas as lutas de pessoas e organizações que se empenham

no compromisso pela igualdade e contra a homofobia, a transfobia e a bifobia, no Algarve e em todo o mundo.

– E termino não sem me referir a mais uma preocupação do Bloco de Esquerda, desta vez com os direitos dos animais, pelo que defendemos o fim dos espetáculos com sofrimento animal, dizendo bem alto que “Tourada não é Cultura”. Nesse sentido, instamos o Governo e a Assembleia da República:

- a adotarem legislação que não permita o financiamento público de eventos que causem sofrimento animal;
- a, em articulação com os municípios, implementarem medidas de reconversão dos espaços onde atualmente se realizam estes eventos em espaços multifunções, com capacidade para acolher eventos culturais e desportivos, ou outros que não envolvam sofrimento animal;
- à criação de apoios aos profissionais que subsistam da realização deste tipo de eventos, tendo em vista a sua reconversão profissional.

25/06/2020

O membro do Bloco de Esquerda na Assembleia Intermunicipal do Algarve



Sessão Ordinária da Assembleia InterMunicipal do Algarve em 25.06.2020

Declaração Política

Os desenvolvimentos suscitados pelo surto epidémico do Covid-19 no Algarve continuam a impor que se prossiga com o cumprimento das orientações e medidas decretadas pelas autoridades de saúde e que têm merecido no essencial por parte da população uma adesão voluntária e responsável.

No entanto, não podemos ignorar que nas últimas semanas verificaram-se alguns focos de propagação do covid -19 na região, em consequência de actos e comportamentos irresponsáveis.

Continua a impor-se o reforço da capacitação do Serviço Nacional de Saúde no Algarve nas suas diferentes vertentes, nos serviços hospitalares, nos cuidados primários e nos demais serviços e unidades de saúde que cobrem a região.

Face à actual situação, não poderá haver a mínima hesitação na contratação de mais trabalhadores para o SNS, no reforço de meios e equipamentos hospitalares, na ampliação da capacidade de resposta, incluindo com a abertura ou instalação provisória de equipamentos que aliviem e complementem a resposta aos serviços já existentes na região.

A situação actual confirma e torna cada vez mais evidente que, por mais hospitais e clínicas privadas como as que se têm vindo a instalar na região à custa dos recursos públicos, por mais de seguros de saúde que nos queiram vender, é com o Serviço Nacional de Saúde que as populações algarvias podem e devem continuar a contar.

A CDU saúda os trabalhadores da saúde na região, médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares, entre outros, cuja acção se tem revelado fundamental para responder às exigências de combate ao surto epidémico. Uma saudação que se estende igualmente a todos os outros trabalhadores que asseguram o fornecimento de bens e serviços essenciais à população e que também precisam de ver garantidas as suas condições sanitárias e direitos para poderem continuar a desempenhar as suas funções.

É preciso defender a saúde das populações, mas é igualmente necessário proteger os direitos e os rendimentos de quem trabalha. A CDU chama a atenção para a necessidade de parar urgentemente a vaga de despedimentos que se está a desenvolver na região do Algarve, atingindo com particular gravidade o sector do Turismo – da hotelaria à restauração, do comércio aos transportes e actividades de lazer e entretenimento – mas também outros. Tirando partido do alarmismo e medo instalados e difundidos, assiste-se à generalização dos cortes nos salários e noutros rendimentos dos trabalhadores, à imposição de férias forçadas, ao recurso indiscriminado ao Lay-off e ao banco de horas, à coacção para impor perdas de direitos e regalias – subsídios diversos, prémios, etc – e que configuram em muitos casos o aproveitamento da actual situação por parte do grupos económicos e financeiros para intensificar a exploração sobre os trabalhadores.

A defesa dos direitos dos trabalhadores é parte integrante da resposta social, mas também, da resposta económica que é necessário dar. O Algarve precisa de medidas que, a partir do Governo, defendam o emprego, assegurem os salários por inteiro, combatam todo o tipo de abusos, ilegalidades e retrocessos nos direitos de quem trabalha. Só protegendo e valorizando os salários e rendimentos será possível assegurar o funcionamento do mercado interno e impedir o seu colapso.

Simultaneamente coloca-se a situação que está a ser vivida por milhares de famílias no plano social. Impõe-se que sejam adoptadas medidas que assegurem a ampliação dos apoios sociais, o fornecimento de electricidade, gás, água e serviços de telecomunicações, o combate à especulação dos preços e a sua regulação num cabaz de bens e serviços essenciais. Coloca-se igualmente a necessidade de impedir os despejos na habitação, seja para as situações de arrendamento, seja para situações e empréstimo bancário para compra de casa. Sem prejuízo do apoio que tem sido prestado às populações, designadamente pelas autarquias, cabe ao governo a adopção das medidas necessárias.

Ainda no plano social gostaríamos de sublinhar que a pobreza, o desemprego, as dificuldades económicas podem encontrar na caridade e no assistencialismo uma resposta imediata. Mas não são, nem nunca foram solução para os problemas de fundo. Para a CDU é chocante ver grandes empresas que se acotovela para oferecer ventiladores para os hospitais ou comida para o banco alimentar, mas que depois não hesitam em despedir trabalhadores (apesar dos lucros obtidos), cortar salários e desrespeitar direitos. A pobreza não se combate com esmolas nem com hipocrisias, mas com políticas que defendam o emprego, valorizem os salários e as pensões e promovam os direitos.

Como a CDU sempre afirmou, a diversificação da actividade económica e o desenvolvimento do aparelho produtivo, que a política de direita de sucessivos governos sempre desprezaram, constitui a base mais sólida, não apenas para o desenvolvimento económico, mas também para resistir e enfrentar situações como a que agora se apresenta. Esta é uma importante lição que ficará seguramente para o futuro. Mas no plano imediato é fundamental ultrapassar o carácter insuficiente e limitado das medidas anunciadas pelo governo de apoio à economia. A situação com que estão confrontados milhares de micro, pequenos e médios empresários – restaurantes e bares, pequeno comércio, alojamento, feirantes, táxi, aluguer automóveis, actividades culturais e de entretenimento, construção civil, agências imobiliárias, etc – é de enorme preocupação.

É urgente que se agilizem e mobilizem apoios aos MPME's na região.

Conhecemos o papel que tem sido assumido por diversas autarquias. Muitas delas, pressionadas pela agudização dos problemas económicos e sociais e pela tentativa do Governo em transferir para os municípios competências que são do poder central, acelerando um processo que já vinha a ser desenvolvido. Aliás, se há lição que podemos retirar desta situação é a de que, ainda bem que o surto epidémico não apareceu depois da transferência da saúde para as autarquias, pois as consequências teriam sido desastrosas para a população. Mas também sabemos que alguns dos autarcas não resistiram à possibilidade de usar o surto epidémico para mostrar serviço. Queremos aqui dizer que a CDU se distancia deste tipo de práticas.

Os próximos tempos, vão continuar a colocar no centro da intervenção autárquica, os aspectos resultantes das medidas de combate e prevenção ao surto epidémico, associadas ao restabelecimento progressivo da actividade económica e da vida social. Os recursos das autarquias são escassos, e serão condicionados no futuro pela perda de receitas no plano fiscal, o que requer uma gestão financeira prudente e responsável. Assegurar os compromissos com os trabalhadores da autarquia, garantindo os seus direitos, a sua saúde e condições de trabalho; recalendarizar o quadro de investimentos e obras previstas tendo em conta a nova realidade; mobilizar recursos para garantir a sobrevivência do movimento associativo e popular; desagravar tanto quanto seja possível a tributação das micro e pequenas empresas designadamente das taxas cobradas por serviços que não foram prestados; estimular as compras municipais nas empresas e comércio local; recalendarizar o conjunto de eventos protegendo os profissionais do espectáculo e da cultura; repor rapidamente em pleno funcionamento os transportes públicos, são alguns dos elementos que, na opinião da CDU, deverão ser tidos em conta nos próximos tempos.

Os trabalhadores e as populações do Alverde sabem que podem contar com a CDU sejam quais forem as circunstâncias que encontremos pela frente.

Olhão, 25 de Junho de 2020

Os eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal
do Algarve



DECLARAÇÃO POLÍTICA

EM DEFESA DO EMPREGO NO ALGARVE

Após uma profunda crise (2008-2014), a região do Algarve vinha apresentando uma recuperação notável em vários indicadores económicos e sociais:

- A economia regional registava um dinamismo expressivo, bastante superior à média nacional; a taxa de variação real do PIB alcançou 5% em 2016 e 5,4% em 2017, apesar da desaceleração no ano seguinte, em que acompanhou o crescimento do Produto português (2,4%, dados provisórios);
- No mercado de emprego inverteu-se a tendência para a perda de postos de trabalho, tendo a taxa de emprego 20-64 anos ascendido a 78,1% em 2019, valor mais elevado do que a média nacional e europeia e superior à meta Europa2020;
- O desemprego diminuiu consideravelmente comparativamente aos anos da recessão, fixando-se em 7,1% em 2019, o que correspondeu a um ligeiro aumento homólogo, contrariando a tendência nacional, apresentando agora o Algarve uma taxa superior à média nacional;



- A proporção da população dos 30-34 anos com ensino superior subiu, atingindo 31,2% em 2019, mantendo-se, todavia, inferior à observada no país e ainda algo distante da meta definida para 2020.

Paralelamente, observaram-se sinais de alguma diversificação do tecido económico, e de consolidação de setores de emergentes, como sejam o da saúde e bem-estar, as TIC e as atividades culturais e criativas.

Porém, a região continua a revelar diversas debilidades e constrangimentos, designadamente:

- Inconsistência na evolução da taxa de abandono precoce da educação e formação, que atingiu 19,9% em 2019. Apesar de inferior à registada no período da crise, apresentou aumento constante entre 2015 e 2018, mantendo-se significativamente acima da meta de 10% preconizada para 2020;
- Envelhecimento demográfico e perda significativa de jovens e adultos jovens, de forma constante e marcada na faixa dos 30 aos 39 anos, e nomeadamente de licenciados;
- Uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social significativa, a rondar os 23% em 2019 (dados provisórios) e que mesmo após transferências sociais (18,7%) se mantém acima do que seria desejável e da média nacional;
- Dificuldades crescentes no acesso ao mercado de habitação (para arrendamento e compra) devido à diminuição do *stock* de casas disponíveis



e também ao aumento substancial das rendas e preço de venda dos imóveis, divergente dos níveis salariais na região;

- Manutenção do envelhecimento e despovoamento no interior;
- Dificuldades em aumentar o investimento em I&D e sua incorporação nos processos produtivos. A despesa em I&D em % do PIB é diminuta e apresenta-se mais baixa do que em períodos anteriores, não ultrapassando 0,34% (2018, dados provisórios).

Ao nível do mercado de trabalho, a região estabilizava, em finais de 2019, em torno de um modelo dominado pelos modos de gestão da mão-de-obra dominantes nos setores de atividade económica consolidados, muito marcados pela sazonalidade e rotatividade no trabalho, pela precariedade no emprego, pelos baixos salários praticados (1/4 dos trabalhadores auferem salários a rondar os 600,00 €) e, ainda, pela quase inexistência de complementaridades entre atividades económicas que possam induzir a um maior aproveitamento (circular) dos recursos endógenos (apenas com os trabalhadores imigrantes se verifica alguma rotação entre as atividades agrícolas e as atividades turísticas).

Os dados do INE – Instituto Nacional de Estatística, que não se afastam muito dos dados do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, permitem concluir que:



- A população empregada, por conta de outrem, com variações sazonais entre os 162 mil e os 175 mil
- A população empregada, por conta própria/trabalhadores independentes, com fracas oscilações sazonais, situava-se na ordem dos 26 mil;
- A população empregada, por conta própria/empregadores, igualmente com fraca variação sazonal, abrangia cerca de 15 mil pessoas;
- E a população desempregada, com fortes variações sazonais, situa-se entre os 11 e os 21 mil. Relativamente a estes, os ficheiros do IIEFP permitem concluir que, cerca de 8.000 serão desempregados com características de desemprego estrutural (DLDs, e grupos particularmente vulneráveis), e 12.000 serão desempregados sazonais, muitos dos quais possuem relações mais ou menos estáveis com empregadores que, todos os anos, entre março e maio, os empregam e, portanto, complementam o salário (e os extras óbitos na época alta) com o subsídio de desemprego que auferem na época baixa da atividade turística.

Estas variações sazonais reveladas no último inquérito trimestral do INE são potenciadas na região, não apenas pelas oscilações da procura turística, mas também pela extensão da contratação a termo, significativamente superior à média nacional, e que atinge não apenas os setores marcadamente sazonais, mas é transversal ao mercado de trabalho da região.



Neste contexto, o final do ano de 2019 e início de 2020 ficariam marcados, em termos de política pública de emprego, pelo ativar de medidas de estímulo à conversão de contratos, e à contratação sem termo. O impacto destas medidas não foi passível de avaliação pois, entretanto, surgiu a pandemia do Covid-19 com um impacto extremo no mercado de trabalho.

QUAL FOI O IMPACTO CONCRETO DA COVID-19?

A crise de saúde pública originada pela pandemia, seja pela reduzida densidade populacional e sua dispersão por núcleos urbanos de reduzida dimensão, seja por ter ocorrido numa altura de menor procura turística e ainda pelas oportunas medidas de proteção, tem-se apresentado contida, com níveis de contágio muito inferiores às de outras regiões da Europa, o que contribuiu para o reforço da ideia de uma região segura.

Por outro lado, a crise do COVID-19 surgiu no termo da época baixa da atividade turística e, portanto, numa altura em que os agentes económicos preparavam a retoma sazonal. Comprometendo a retoma, a inexistência de procura, determinou a quase total paralisia da atividade económica.

Essa paragem forçada traduz-se em:

- mais de 7 mil empresas em situação de *lay-off*;



- mais de 12 mil pedidos de apoio extraordinário devido a paragem total ou redução de atividade por parte de trabalhadores independentes e empregadores;
- no agravamento abrupto do desemprego, ditado pelo aumento dos despedimentos coletivos e por extinção de postos de trabalho após o início da pandemia, como mais 11 mil desempregados;
- e ainda pela não contratação dos cerca de 10.000 trabalhadores sazonais que habitualmente ingressam no mercado de trabalho nesta altura do ano.

O que coloca o Algarve como a região mais fortemente atingida pela redução da atividade e também pelo aumento do desemprego., conforme os dados tornados públicos recentemente pelo IEFP.

A evolução do desemprego registado no início de junho indicia que ainda não será durante o mês de junho que o desemprego iniciará a curva descendente. Acresce que esta situação não será, de todo, reversível no curto prazo, isto é, após o fim do Estado de Emergência e de Calamidade, mesmo com alguma recuperação do turismo interno e de maior proximidade (Espanha), porquanto a reabertura dos voos comerciais, alguma melhoria da confiança dos consumidores e a recuperação do rendimento das famílias não serão de molde a permitir a recuperação ainda este ano.



Por outro lado, há que considerar que a pandemia afetou igualmente os países que constituem os principais mercados do Algarve e que, nalguns desses casos, os impactos económicos e sociais serão igualmente intensos, tendo presente as estimativas económicas do FMI.

Perante tão abrupta queda do nível de atividade, do rendimento das famílias e do emprego, seria expectável um forte impacto negativo no aprofundamento das desigualdades no acesso à educação e no abandono escolar precoce. Seria igualmente expectável um agravamento das condições de pobreza e da taxa de pobreza, particularmente entre os mais novos, com reflexos ao nível da coesão social.

Daí as medidas de política de emprego, solidariedade e segurança social ativadas pelo Governo, com particular relevância para as prorrogações, até final do ano de 2020, dos subsídios de desemprego e subsídio social de desemprego, bem como do Rendimento Social de Inserção. Igualmente importante a manutenção de um conjunto muito significativo de medidas de apoios à manutenção do emprego, por parte dos empregadores (*Lay-off* simplificado e, agora, o Apoio à Retoma Progressiva que vigorará até dezembro de 2020).

Para o Algarve, em que a retoma do emprego apenas poderá vir a ocorrer, de forma mais expressiva, a partir de março de 2021, será decisivo dotar a região de medidas que permitam manter o rendimento das famílias entre dezembro e março de 2021, nomeadamente por via da ativação dos desempregados.



O PEES - Programa de Estabilização Económica e Social (RCM n.º 41/2020, de 6 de junho) contém um conjunto muito significativo de medidas de política pública que, certamente, serão ativadas na região. Quer em matéria de proteção de rendimentos, de financiamento às empresas, de apoio ao emprego, de formação e qualificação profissional, de investimento público, etc., o PEES contém linhas de ação e perspetivas de financiamento, por via dos Fundos Comunitários, e não só, que permitirão mitigar os efeitos da crise.



O QUE É QUE DEVEMOS FAZER NO ALGARVE

Perante este cenário dramático e que exigem o envolvimento de todos, na defesa do Algarve, urge colocar como primeira prioridade da região a recuperação do emprego e o combate às desigualdades sociais, no imediato, adotando um conjunto de medidas que respondam às suas necessidades específicas, complementando, reforçando e operacionalizando as medidas incluídas no PESS, saudando a sua amplitude, a celeridade e o empenho demonstrado pelo XXII Governo na sua concretização, propondo que as mesmas sejam consideradas no Orçamento Complementar, já aprovado na generalidade e agora em discussão na especialidade na Assembleia da República.

1. Trabalho em Rede entre parceiros locais/regionais

- Encontrar soluções conjuntas para a recuperação do emprego, estabelecendo Acordos de Cooperação, sobretudo com Autarquias – Municípios e Freguesias, mas que envolvam também outros parceiros públicos e privados, designadamente empresas, visando o estabelecimento de compromissos para execução das medidas ativas de emprego e formação em vigor ou que venham a ser criadas, definindo-se projetos e ações concretas para o efeito;



- Poderá ter-se por referência as antigas redes regionais para o emprego (anos 80), com as devidas adaptações, ou os Acordos de Cooperação definidos no âmbito das Iniciativas Emprego 2009;

2. Medidas de Apoio Extraordinário (temporárias), na sequência do COVID-19

- Possibilidade de alargar a Medida de Apoio Ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (MAREESS), a outras entidades, designadamente Autarquias, e a outro tipo de ações de utilidade pública que resultem da situação que atravessamos – por exemplo apoio à vigilância de praias, parques de estacionamento, postos de informação de turismo, de forma a garantir-se o cumprimento das recomendações da DGS e que são responsabilidade fundamentalmente de autarquias;
- Poderá também ser previsto para o reforço do apoio à prevenção de fogos rurais e vigilância dos territórios florestais, privilegiando as comunidades do interior e garantindo a fixação das famílias mais jovens;

3. Medidas de Apoio/Reforço ao Empreendedorismo

- Alargar a idade dos destinatários do INVESTEJOVEM para 35 anos;
- Majorar apoios financeiros para projetos de investimento no interior do país e em zonas de pouca densidade populacional;



- Retomar/reforçar a atividade dos Ninhos de Empresas, com os recursos necessários, para o seu funcionamento efetivo;
- Rever o regime de exclusividade no caso dos PAECPE, em situações de crise como a atual. O objetivo será permitir - temporariamente - aos promotores obterem algum rendimento, sem colocar em causa a regularidade dos compromissos assumidos pelo apoio concedido pelo Estado, devendo retomar a atividade logo que possível;

4. Medidas Ativas de Emprego

- Majorar projetos/atividades relacionados com os setores mais atingidos pela crise;
- Reforçar/majorar apoios que visem o emprego da população jovem (até 35 anos);
- Reforçar apoios à mobilidade geográfica para zonas do interior e de menor densidade populacional;

5. Medidas de Formação Profissional

- Repensar o modelo de formação disponibilizado, reforçando-se a oferta de Cursos de Especialização Tecnológica (os cursos de qualificação profissional para jovens e adultos com secundário completo);



- Flexibilizar regras na operacionalização da formação – possibilidade de desagregação de grupos, à semelhança do ensino profissional das escolas; possibilidade de co-monitoragem na desagregação de grupos em formação à distância/formação presencial; possibilidade de aceitação de Declaração sob compromisso de honra para efeitos de atestar escolaridade, condicionando a certificação final à apresentação do Certificado (se necessário);
- Majorar apoios sociais na formação, temporariamente e até à retoma da atividade, pelo menos na oferta de dupla certificação (EFA), de forma a estimular o interesse pela formação, sobretudo nos domínios de formação que prevejam a diversificação da economia regional e se enquadrem na sua estratégia de desenvolvimento;
- Retomar o projeto dos Centros de Recursos em Conhecimento (de 2002), como espaços privilegiados para a produção de recursos para a formação a distância, equipando-os para o efeito;

6. Apoio Extraordinário à Manutenção de Postos de Trabalho, com ou sem formação (Lay off simplificado) – Dec Lei 10-G/2020 de 26 de março

- É fundamental repensarem-se os programas do tipo Mais Algarve ou FormAlgarve, que têm presentemente uma execução residual, num programa regional que possa prever um apoio semelhante ao *Lay-off*.



- Este Programa, direcionado fundamentalmente para a manutenção do emprego e formação de ativos empregados e desempregados, poderia prever a partir de outubro (já que é expectável que nos meses do verão haja alguma dinamização do turismo interno e outro que habitualmente vem ao Algarve), formação nas empresas (50% de FPCT), com grupos obrigatoriamente constituídos por empregados das empresas e desempregados inscritos nos Serviços de Emprego;
- Ou seja, as empresas comprometiam-se a manter os seus trabalhadores fixos, facultando-lhes formação, à qual seriam acrescentados desempregados sazonais a que não recorreram na atual época alta.
- A formação deveria decorrer entre outubro de 2020 e março de 2021, adotando-se os referenciais do Vida Ativa, podendo ser assegurada pelo IEFP, Turismo de Portugal e outras entidades certificadas, sendo o apoio a facultar idêntico ao que está previsto atualmente no Plano Extraordinário de Formação.
- Este modelo teria a vantagem de poder abranger um grande número de desempregados sazonais, mantendo-os em contacto com ativos empregados e empregadores. Por outro lado, poderia prever-se o compromisso da empresa em contratar em 2021 parte desses desempregados, mediante um prémio de integração caso os contratassem sem termo.
- Este Programa poderia vir a ser previsto, para efeitos de cofinanciamento no Programa Operacional CRESC ALGARVE 2020 ou outro,



em termos a definir na operacionalização do Programa de Recuperação da União Europeia.

QUE PAPEL PARA OS FUNDOS DA UNIÃO EUROPEIA NO APOIO À RECUPERAÇÃO

Face à situação vivida nos Estados Membro e ao impacto decorrente do COVID-19 nas economias europeias, o Parlamento Europeu aprovou, a 17 de abril, a Iniciativa de Investimento Coronavirus Response Plus (CRII+), a qual permite uma reorientação sem precedentes dos fundos da política de coesão para fazer face aos efeitos da crise da saúde pública.

Neste contexto, o Ministério da Coesão Territorial solicitou aos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 e, particularmente, ao Programa Operacional Regional CRESC ALGARVE 2020, um exercício de reprogramação dos Fundos que viabilize a mobilização dos recursos à sua disposição por forma a ajudar a contrariar estas expectativas e mitigar os efeitos da crise.

Neste novo contexto, num espaço de tempo extremamente curto e com um empenhamento extraordinários dos seus dirigentes e colaboradores que registamos e saudamos, o CRESC ALGARVE 2020 propôs uma reprogramação que obedeceu às seguintes prioridades para o período 2020-2023:



- a) Responder à crise de saúde pública, reforçando a capacidade de resposta do sistema de saúde e promovendo uma estruturação mais avançada do *cluster* da saúde;
- b) Manter os níveis de investimento público, enquanto alavanca do investimento privado e manutenção da atividade da construção e da indústria em geral;
- c) Apoiar a manutenção da dinâmica do investimento privado, particularmente das atividades integrantes da estratégia de especialização inteligente, da região;
- d) Recuperar os níveis de emprego, reforçando as medidas de mitigação do desemprego e promovendo a contratação e a qualificação dos trabalhadores;
- e) Acelerar a transição digital na educação, nas empresas e na administração pública, aumentando a literacia digital dos cidadãos;
- f) Afirmar a coesão social e territorial, mantendo o nível de apoio das políticas públicas no âmbito da promoção do sucesso educativo, da redução da pobreza e da exclusão social, e da promoção da igualdade, entre outras.

O exercício de reprogramação proposto pelo CRESC ALGARVE 2020 ao XXII Governo significa afetar mais de 50% do FEDER ao reforço do investimento público, tendo em vista não só não deixar cair projetos já aprovados, mas também travar a degradação da indústria da construção e, por essa via,



recuperar algum emprego, e o restante da dotação disponível para o apoio ao investimento privado.

Aliás, o PEES já inclui algumas dessas medidas, apontando-se, a título de exemplo, duas que são especialmente significativas para a região do Algarve:

- Remoção de todas as estruturas com amianto em 31 escolas públicas da região, respondendo definitivamente a uma preocupação de saúde pública, que foi gradualmente atendida mas que exige agora uma resposta mais contundente, plena e universal.

- Desenvolvimento de 7 ações prioritárias do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve:

- Telemetria de captações subterrâneas na massa de água de Vale do Lobo (situação crítica);
- Instalação de sensores automáticos em piezómetros para medição contínua do nível de água subterrânea;
- Automatização da rede piezométrica e hidrométrica para melhorar a resposta e conhecimento em períodos de seca;
- Reabilitação da bacia de dissipação e reparação de betões e peças metálicas da barragem do Funcho;
- Adoção de sistemas de rega urbana inteligentes e eficientes;
- Monitorização e controlo ativo de perdas;
- Promoção da utilização de água para reutilização.



Todavia, a dotação ainda disponível no CRESC ALGARVE 2020 é manifestamente insuficiente para acudir à situação de emergência que se avizinha venha a ocorrer no início de 2021, mostrando-se necessário e urgente reforçar os fundos disponíveis no contexto do Programa de Recuperação da União Europeia.

Por outro lado, uma parte muito significativa das medidas previstas no PEES terão, como fonte de financiamento, o instrumento SURE - Support to mitigate Unemployment Risks in an Emergency. Ora, a nível regional, e tendo em conta a situação de emergência, importaria estabilizar rapidamente o modelo de governança e começar a desenhar-se o plano de ação, tendo por referência o PEES.

Estando ainda em situação de calamidade, o ALGARVE CARECE ACIMA DE TUDO DE UM PLANO REGIONAL DE EMERGÊNCIA ECONÓMICA E SOCIAL, que promova a sustentabilidade da sua economia, a coesão social na região e a preservação dos valores de prosperidade e segurança que o transformaram em local de acolhimento de milhares de famílias e de destino turístico de excelência, a nível mundial!

Olhão, 25 de junho de 2020



DECLARAÇÃO POLÍTICA

PANDEMIA COVID-19

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Intermunicipal do ALGARVE expressa publicamente o seu agrado e satisfação pelo trabalho desenvolvido por todos aqueles que, com determinação e coragem, deram o melhor de si e continuam a dar, no combate à pandemia Covid-19.

No combate à Covid-19 estiveram envolvidas numerosas pessoas e instituições, desde logo, na linha da frente, o Serviço Nacional de Saúde (SNS), os profissionais de saúde da Administração Regional de Saúde do Algarve, do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve e do Instituto Nacional de Emergência Médica, desde os Cuidados Primários aos da Saúde Pública, aos Hospitais e Cuidados de Saúde Diferenciados e Intensivos, mas também os profissionais das forças e serviços de segurança e de proteção civil – Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Forças Armadas (Exército e Marinha) e Cruz Vermelha Portuguesa, os serviços municipais, das freguesias e das entidades participadas pelos municípios do Algarve, Águas do Algarve, S. A. e ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., das Instituições Particulares de Solidariedade Social, dos estabelecimentos de



ensino e ainda numerosos voluntários das redes sociais municipais, associações, pessoas e empresas.

Saudamos igualmente o conjunto de medidas de apoio a agentes económicos e grupos sociais mais desfavorecidos adotado pelos Municípios da Região do Algarve e o acompanhamento permanente da população mais vulnerável e o apoio aos grupos de risco, em colaboração com as Freguesias, bem como a disponibilidade ilimitada dos Corpos de Bombeiros Municipais e Voluntários do Algarve.

Num plano menos visível, mas igualmente fundamental para a manutenção das redes de abastecimento e de serviços essenciais foram as centenas de trabalhadores e pequenos empresários que mantiverem as redes de retalho alimentar, desde as grandes superfícies às pequenas mercearias de bairro, os serviços de correios e telecomunicações e associações privadas de voluntariado que, desde o início da pandemia COVID-19 e de forma exemplar, participaram, na definição e operacionalização de soluções concretas no combate à pandemia e na proteção das famílias, do tecido produtivo e da economia, evidenciando um excecional sentido do dever e uma permanente disponibilidade para o serviço público.

Queremos aproveitar esta ocasião para destacar igualmente os colaboradores dos serviços da Administração Pública Desconcentrada e dos institutos públicos sediados na região, pela forma extraordinária como operacionalizaram as determinações de carácter económico e social do Conselho de Ministros, durante o Estado de Emergência e a situação de



calamidade, nomeadamente do Instituto de Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Região de Turismo do Algarve, IAPMEI, I.P. - Agência para a Competitividade e Inovação e Programa Operacional Regional CRESC Algarve 2020, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve e Administração Regional Hidrográfica do Algarve da Agência Portuguesa do Ambiente, assegurando medidas extraordinárias de apoio ao emprego, às empresas, às famílias, às autarquias, aos produtores e às Instituições Particulares de Solidariedade Social, entre tantos outros que enriquecem as redes colaborativas e produtivas do Algarve, nomeadamente da Comissão Distrital de Proteção Civil e dos Conselhos Locais de Ação Social.

Todos eles, de uma forma ou outra, foram exemplares na sua atitude, determinação, empenho, bravura e intrepidez, tendo deixado, nalguns casos, as suas famílias para segundo plano, contribuindo assim, com o seu esforço e empenho, para minorar os dramas sociais e humanos que os nossos concidadãos mais vulneráveis e muitas famílias viveram e continuam a viver.

Não queremos também deixar de realçar a forma próxima como o XXII Governo entendeu gerir esta situação nomeando um dos seus membros para coordenar as ações de prevenção e de combate de pandemia e escolhendo um algarvio para essa função. Desde a sua nomeação como Coordenador do Estado de Emergência para a região do Algarve, o secretário de Estado das Pescas José Apolinário teve um papel conciliador e mobilizador, garantindo



a gestão eficaz e eficiente dos recursos regionais e a imperiosa articulação com a Administração Central.

O combate à Covid-19 ainda não terminou, no entanto não pode o Grupo Intermunicipal do PS deixar passar esta oportunidade para reconhecer, registando e valorizando publicamente o empenho e o trabalho de todos, os quais, diga-se com toda a justiça, em muito contribuíram para limitar os efeitos do Covid-19 na nossa região.

Da mesma forma, e porque o impacto da Covid-19 continua e continuará a afetar-nos importa, para além do reconhecimento e registo neste momento, valorizar os sinais que acolhemos e incentivamos no sentido de manter e reforçar níveis de alerta, disponibilidade de meios e a vontade de construir soluções que, sob a liderança das autarquias locais, permitiram e permitirão aligeirar os danos que a Covid-19 impôs e vai continuar a impor na saúde e nas condições socioeconómicas das nossas comunidades.

Neste sentido e neste momento em que nos encontramos pela primeira vez, queremos manifestar publicamente o nosso agradecimento a todas essas pessoas (profissionais e voluntários), instituições, organismos e empresas, sublinhando a capacidade dos Autarcas do Algarve para ultrapassarem diferenças político-partidárias e encontrarem as melhores respostas perante a gravidade da situação.

Congratulamo-nos com a pronta e massiva reação da sociedade civil algarvia, expressa das formas mais criativas e generosas que se poderiam imaginar, salvaguardando a coesão da nossa comunidade e permitindo que



ninguém ficasse para trás entre nós, apelando agora a todos para continuarem a respeitar as recomendações da Direção-Geral de Saúde e as indicações das Autoridades.

Queremos igualmente manifestar a nossa solidariedade com as vítimas diretas e indiretas da COVID-19, propondo às Câmaras Municipais que continuem a acompanhar a evolução da pandemia e estudem a adoção e aplicação de medidas para limitar os efeitos socioeconómicos da nossa comunidade, em articulação com o Programa de Estabilização Económica e Social, aprovado pelo XXII Governo, e outras medidas que venham a ser implementadas, no contexto da AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve neste âmbito.

Juntos Venceremos a COVID-19!

Olhão, 25 de junho de 2020



DECLARAÇÃO POLÍTICA

EM DEFESA DA REGIÃO DO ALGARVE E DA REGIONALIZAÇÃO

A modernização do Estado, pedra angular do desenvolvimento socioeconómico do País e de uma maior eficiência, eficácia e qualidade nas respostas às necessidades das populações, é um compromisso assumido pelo XXII Governo Constitucional.

Implicando essa modernização a concomitante transformação do modelo de funcionamento do Estado, o Programa do XXII Governo prevê a consolidação do processo de descentralização em curso, estabelecendo uma governação de proximidade baseada no princípio da subsidiariedade, aprofundando a autonomia das autarquias locais e a sua capacidade para garantir o melhor interesse dos cidadãos e das empresas que procuram uma resposta mais ágil e imediata da parte da Administração Pública.

Neste contexto, revela-se fundamental a aposta no alargamento dos poderes locais a nível infraestadual e no reforço da legitimidade democrática a nível regional, em que todos se vejam representados, mais próximos da tomada de decisão sobre os seus interesses e necessidades e mais capacitados para o exercício de uma cidadania ativa.

Assim, considerando este primordial desiderato, importa num primeiro momento dar cumprimento ao compromisso de democratização da governação territorial com a consagração da eleição indireta dos presidentes das comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), por um colégio eleitoral composto pelos presidentes e vereadores das câmaras municipais e pelos presidentes e membros das assembleias municipais (incluindo os presidentes de junta de freguesia) da respetiva



área territorial. Por sua vez, os vice-presidentes terão também legitimidade própria.

Pelo significado que esta reforma política encerra, a bancada do Partido Socialista saúda a aprovação pelo XXII Governo, a promulgação pelo Senhor Presidente da República e a publicação do decreto-lei n.º 27/2020, de 17 de junho, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual, que aprovou a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, efetuando alterações na forma de designação do presidente e dos vice-presidentes, no sentido de garantir uma maior representatividade de todos os intervenientes locais e uma melhor administração ao nível regional, reforçando a legitimidade democrática e a transparência ao nível da governação regional.

Saudamos especialmente a preservação e valorização do princípio da igualdade entre todas as regiões do País, com o afastamento da norma que previa uma secundarização das regiões do Algarve e do Alentejo face às demais CCDR's, no qual o PS Algarve sempre se empenhou desde a apresentação da primeira proposta.

Registamos e saudamos o compromisso do XXII Governo de proceder à eleição ainda durante este ano, proporcionando aos novos responsáveis a possibilidade de intervirem decisivamente na elaboração dos instrumentos de gestão para 2021 e na operacionalização do PEES - Programa de Estabilização Económica e Social (RCM n.º 41/2020, de 6 de junho) e dos fundos da União Europeia consignados para combater as consequências da pandemia da COVID-19.

Finalmente, registamos e saudamos o compromisso de, num segundo momento, proceder-se à imperiosa harmonização das circunscrições territoriais da administração desconcentrada do Estado e à integração nas CCDR dos serviços desconcentrados de natureza territorial, designadamente nas áreas da ambiente, cultura, desporto, educação, juventude, saúde e



segurança rodoviária, entre outras, bem como dos órgãos de gestão dos programas operacionais regionais e demais fundos de natureza territorial, criando as condições necessárias e confirmando um rumo sempre defendido pelo PS de criação de uma autarquia regional, nos termos constitucionalmente consagrados com legitimidade própria assente no voto livre e universal dos Cidadãos e Cidadãs do Algarve.

Olhão, 25 de junho de 2020

MOÇÃO

Pelo Reforço do Serviço Nacional de Saúde

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é uma conquista de Abril e que a Constituição da República portuguesa, proclama que “todos têm direito à protecção na saúde e o dever de a defender e promover” e que o direito à protecção da saúde é realizado “através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendencialmente gratuito”.

Tem sido publicamente reconhecido e saudado o papel insubstituível do SNS na resposta ao surto epidémico, onde se comprovou que é o único capaz de garantir o direito à saúde dos portugueses; Está em marcha uma grande operação contra o SNS, desencadeada pelos grupos económicos que se dedicam ao negócio da doença e que, a pretexto dos atrasos verificados no tratamento de outras patologias, se posicionam para ficar com a recuperação de milhares de cirurgias, exames de diagnóstico e tratamentos;

O que se impõe hoje, não é questionar a capacidade do SNS responder às necessidades do povo na prestação de cuidados, mas sim reforçá-lo no plano financeiro, nos recursos humanos e dos equipamentos;

Urge implementar um Plano de Emergência que reforce e defenda um Serviço Nacional de Saúde, de todos e para todos.

Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia InterMunicipal do Algarve na sua reunião de 25 de Junho de 2020, delibere:

1. Insistir junto do Governo para a implementação urgente de um Plano de Emergência para reforçar o SNS, através nomeadamente de:

a) o reforço significativo do financiamento do SNS no Orçamento Suplementar para 2020 em discussão na Assembleia da República; b) o recrutamento dos profissionais em falta nos serviços do SNS e a sua valorização profissional, salarial, das carreiras e terminar com a precariedade dos vínculos laborais; c) o aumento do número de camas de agudos e de cuidados intensivos; d) o início de formação de especialização para todos os médicos em condições de iniciarem essa especialização; e) o reforço da estrutura de saúde pública que se mostrou fundamental no combate ao surto epidémico; f) a constituição de uma reserva estratégica de medicamentos e equipamentos de protecção individual.

2. insistir junto do Governo pela construção do Hospital Central do Algarve e do novo Hospital de Lagos como parte integrante do Serviço Nacional de Saúde, respondendo aos anseios e necessidades há muito anos sentidas pelas populações, pelas autarquias locais da região e por esta assembleia intermunicipal.

3. Enviar esta Recomendação para: Presidente da República; Assembleia da República; Governo; Grupos Parlamentares da Assembleia da República e comunicação social.

Olhão, 25 de Junho de 2020

Os Eleitos da CDU na Assembleia
Intermunicipal do Algarve

Assembleia Intermunicipal do Algarve

RECOMENDAÇÃO

Pela regulamentação e implementação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Local

Considerando que:

1. O STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional Empresas Públicas, Concessionárias e Afins) lançou uma petição que recolheu mais de 20 mil assinaturas para que seja finalmente aplicado o suplemento de insalubridade, penosidade e risco na administração local.
2. Foram também apresentados projetos de lei nesse sentido pelo Bloco de Esquerda, pelo PCP e pelo PEV.
3. Estas compensações foram previstas no Decreto-Lei nº 53-A/98, de 11 de março, e na alínea b) do n.º 3, do artigo 159.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho: *“3 - São devidos suplementos remuneratórios quando trabalhadores, em postos de trabalho determinados nos termos do n.º 1, sofram, no exercício das suas funções, condições de trabalho mais exigentes: a) De forma anormal e transitória, designadamente as decorrentes de prestação de trabalho suplementar, noturno, em dias de descanso semanal, complementar e feriados e fora do local normal de trabalho; ou b) De forma permanente, designadamente as decorrentes de prestação de trabalho arriscado, penoso ou insalubre, por turnos, em zonas periféricas, com isenção de horário e de secretariado de direção. 4 - Os suplementos remuneratórios são apenas devidos enquanto perdurem as condições de trabalho que determinaram a sua atribuição e haja exercício de funções efetivo ou como tal considerado em lei. 5 - Os suplementos remuneratórios devem ser fixados em montantes pecuniários e só excecionalmente podem ser fixados em percentagem da remuneração base mensal. 6 - Os suplementos remuneratórios são criados por lei, podendo ser regulamentados por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.”*

4. Considerando que nunca houve uma regulamentação do Governo, este suplemento nunca foi implementado para a Administração Local. Há mais de vinte anos que os trabalhadores lutam pela concretização deste direito que já está previsto na lei, mas nunca foi cumprido.
5. Chegados a 2020, esta forma de compensação para os trabalhadores que continuam a executar funções passíveis de insalubridade, penosidade e risco ainda não foi regulamentada nem aplicada.
6. Foram ignorados os prazos legalmente determinados, o que representa claros prejuízos a quem trabalha nestas difíceis condições já reconhecidas pela Lei.
7. O combate à pandemia COVID-19 deixou ainda mais claro como estes trabalhadores, em que se incluem os da higiene e limpeza urbana, entre outros, merecem ser valorizados pelo trabalho que desempenham, com risco pessoal, para a segurança de todos.

O eleito do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Intermunicipal do Algarve na sua reunião de 25 de Junho de 2020, delibere:

1. Propor às câmaras municipais que manifestem junto do Governo e da Assembleia da República a necessidade de regulamentação e aplicação das leis referentes à atribuição do suplemento remuneratório por trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade;
2. Que esta recomendação seja enviada ao Presidente da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares e às Uniões Sindicais (UGT e CGTP-IN), às Organizações Representantes dos Trabalhadores das câmaras municipais do Algarve e ao Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL).

O membro do Bloco de Esquerda na AMAL